

Vicissitudes das funções paterna e materna na família contemporânea.

Aluna: Vanessa Cardoso Cezário, n° USP 5890890

Programa: PIBIC/CNPq

Orientador: Rinaldo Voltolini

Resumo

Este estudo parte da tentativa de compreender, sob o foco da teoria psicanalítica, as principais mudanças ocorridas no campo da família nos últimos anos. A partir de outra pesquisa que tratava de aspectos mais gerais da família contemporânea e a questão da constituição do sujeito, desdobrou-se o questionamento sobre os impactos das transformações sociais e psíquicas para as funções paterna e materna. Os principais objetivos são: compreender, a partir das duas obras citadas de Freud a constituição do sujeito na família e a dialética edipiana; caracterizar o *sintoma contemporâneo*; e investigar as alterações das funções paterna e materna a partir de um percurso bibliográfico. Desde a primeira pesquisa, a nossa hipótese inicial era de que acompanhada de algumas transformações em seus fundamentos, a família estava sofrendo uma destituição de suas possibilidades, e não mais atuando em suas funções tradicionais na sociedade, o que se mostrou como um ponto de vista. Percebemos a particularidade da psicanálise quando esta se distingue de outras disciplinas concebendo a família como um fenômeno social e instituição cultural, não redutível ao fato biológico, na qual as instâncias culturais prevalecem sobre as naturais; e também quando a percebe como uma estrutura hierárquica fundamental nos primeiros anos de vida para repressão dos instintos, aquisição da língua e transmissão da cultura, ultrapassando os limites da consciência. Procedemos de modo a investigar como fatores da contemporaneidade, sobretudo a democracia e a ciência, mas também a laicidade; afetaram o laço social. Organizamos as reflexões em três pontos centrais: os fundamentos da família na teoria cultural de Freud, o sintoma contemporâneo (re) estruturando a família e, novas possibilidades de famílias ou as novas possibilidades de paternidade.

Palavras chave: família contemporânea, função paterna e materna, educação

1 Fundamentos da família na teoria cultural de Freud

Para compreender os fundamentos da família na psicanálise, recorreremos a dois trabalhos de Sigmund Freud nos quais podemos apreender o sentido da função paterna e do complexo de Édipo, além de compreender como o autor propõe a vida em sociedade. Podemos começar pela questão do pai primitivo e a lei do incesto em *Totem e Tabu* (1913) e seguir com *O mal-estar na Civilização* (1930).

1.1.1 Totem e Tabu (1912-13)¹

Nesta obra Freud elabora no mito do totemismo os fundamentos da questão do pai em psicanálise. Levantando problemas, como por exemplo, o da natureza-cultura e remete ao estatuto do pai morto. Este pai primitivo, segundo Freud, é o inaugurador do nosso estado social e psíquico. Freud também trata do surgimento e do sentido da religião.

Várias críticas foram feitas desde o momento da publicação de *Totem e Tabu* (1912-13) devido a divergências do material inferido por Freud ao material de antropólogos da época. Outra questão sobre a obra é a de conferir realidade histórica à psicanálise, a leitura deve ser feita como livro de psicanálise, indica Mezan² (1985).

Freud formulou em *Totem e Tabu* (1913) elementos para o domínio da psicanálise a partir de reflexões sobre os fundamentos da sociedade e da

¹ Este livro de Freud foi publicado pela primeira vez na revista *Imago* (entre 1912-1913) dividido em quatro partes, sob o título *Über einige Übereinstimmungen im Seelenleben des Wilden und der Neurotiker*, em alemão. Depois foi traduzido para o francês em 1924 e para o inglês em 1918.

² Renato Mezan concluiu o doutorado em Depto de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras pela Universidade de São Paulo em 1981. Atualmente é professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e articulista do jornal *Folha de São Paulo*. Atua na área de Psicologia, com ênfase em Tratamento e Prevenção Psicológica. Em seu currículo *lattes* os termos mais freqüentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: Psicanálise, Freud, sexualidade, história, Interfaces, adolescência, clínica, epistemologia e Filosofia.

cultura. Convergiram investigações sobre neurose obsessiva, psicose e fobias, questões que ligam-se diretamente a função paterna, conferindo universalidade ao Complexo de Édipo e à proibição do incesto. Procurou mostrar que a história individual de cada sujeito é uma repetição da história humana e origem da civilização. Um aspecto importante a ser ressaltado sobre o livro é a elaboração do complexo paterno de seu autor, que está, no momento da elaboração do texto, na posição de pai no início do movimento psicanalítico³.

O livro é composto de quatro partes: (1) O horror ao incesto; (2) O tabu e a ambivalência de sentimentos; (3) Animismo, magia e onipotência dos pensamentos⁴; (4) O retorno infantil do totemismo.

No primeiro ensaio, *O horror ao incesto*, Freud relaciona os fenômenos do totemismo e da exogamia. O totemismo refere-se à etapa inicial da religião e a exogamia à lei dos sistemas de parentesco. O totemismo apresenta a função de impedir o incesto entre mãe e filho, porém, neste sistema, outras mulheres também são proibidas. Neste ensaio são apresentados pressupostos da universalidade do Complexo de Édipo, da significação paterna do totem e, os tabus de evitamento e ambivalência de sentimentos em relação ao objeto do tabu. Freud faz o exame de situações parentais, como a relação de genro e sogra (hostilidade), e do caráter protetor do tabu. Chama a atenção para os desejos incestuosos fazendo uma analogia entre o selvagem, a criança ocidental e o neurótico.

Dando continuidade no segundo ensaio, *O Tabu e a Ambivalência dos Sentimentos*, Freud caracteriza o tabu como proibição que se impõe por si

³ “Em 1911, um ano após a criação da *International Psychoanalytical Association* (IPA), Freud já não era o pai primevo de uma horda selvagem, mas o mestre reconhecido de uma doutrina que acabava de se prover de um aparelho político que escapava ao seu poder. Descentrando-se de Viena, o movimento psicanalítico havia passado do estado de tribo primitiva para o de sociedade moderna. Daí o duplo distanciamento do pai em relação aos filhos e destes em relação ao pai. O primeiro corria o risco de abandono (...), ao passo que os outros poderiam um dia se sentir tentados a se rebelar e a destronar o déspota” (Roudinesco, 1998, p. 756).

⁴ O terceiro ensaio “Animismo, Magia e Onipotência das Idéias”, que não abordaremos com maiores detalhes no momento, trata do primeiro sistema psicológico de intervenção no mundo, o animismo, espécie de filosofia primitiva da Natureza, “técnica do animismo”. Freud, então, estabelece um paralelo entre o desenvolvimento das concepções humanas sobre o mundo e o desenvolvimento da libido individual: a fase animista corresponde ao narcisismo, a fase religiosa à etapa de fixação da libido nos pais, e a fase científica ao estado de maturidade, renúncia ao princípio de prazer e sujeição a realidade, buscando o objeto no mundo exterior. Freud corresponde etapa narcisista e etapa animista, devido a crença infantil na onipotência do pensamento. Concebe o social como análogo ao individual, o surgimento de um mundo interior como resultado da linguagem e surgindo uma vida psíquica.

mesma sem lógica, isto por uma força contida no objeto tabu (quem toca um tabu, também torna-se tabu). A partir da comparação entre tabu e os rituais característicos da neurose obsessiva, *tabus individuais*, o autor destaca quatro elementos: - a ausência de motivação real para proibição e a angústia que acompanha a violação; - a interiorização do castigo; - a característica do deslocamento (grande número de ações sob proibição); - medidas para evitar a realização do ato-tabu. As dimensões positivas do tabu, é que este institui entre o objeto ou ação, uma mediação social e ainda estabelece a relação de intercâmbio entre os clãs na troca de mulheres – lei da exogamia, favorecendo a cultura.

Freud valoriza fundamentalmente o caráter restritivo do tabu e a analogia com o ritual obsessivo. As proibições do tabu estão contidas nas instituições fundamentais da civilização, sua violação daria passagem aos impulsos arcaicos e intensos que levariam a dissolução da sociedade, ficando implícita a ameaça do retorno à barbárie. Esta lei é concebida como o limite da cultura em relação à natureza e o que diferencia o humano dos animais. Freud pressupõe no mito da horda primitiva a coerção das pulsões pela eficácia do tabu que impede aos homens o livre acesso as suas tendências incestuosas e homicidas evidenciando o problema da sublimação e do acesso à vida social⁵. Ainda neste ensaio é tratada a questão da moral e da ambivalência de sentimentos em relação ao totem. Aos sentimentos sociais são atribuídas as pulsões fundamentais de auto-conservação e sexual.

No último ensaio, *O retorno Infantil ao Totemismo*, Freud procura ligar questões dos ensaios anteriores: a origem do totemismo e da lei da exogamia, a ambivalência dos sentimentos em relação aos tabus, e a projeção nas crenças religiosas e instituições sociais. Dois pontos são estabelecidos: o animal totêmico é substituído pelo pai; e o deus e o animal sacrificado, pertencem à linhagem do clã. Para ligar os elementos, Freud recorre à teoria da horda primitiva de gorilas formulada por Darwin, onde o macho dominante se assemelha ao pai primitivo que foi morto. Assim, a moral liga-se ao Complexo de Édipo visando impedir a repetição do crime originário-inaugural.

⁵ Outros tabus são examinados: inimigos, mortos e chefes.

Os dois temas centrais da obra são: primeiro, o totem como progenitor do clã e seu protetor, na medida em que contém a essência de todos os homens pertencentes ao mesmo clã; segundo, o tabu como principal proibição de matar o totem, ou de manter relações sexuais com as mulheres do mesmo clã. A originalidade de Freud está em assimilar os desejos ambivalentes que constituem o Complexo de Édipo a hipótese darwiniana da horda primitiva.

Os homens desta horda primitiva viviam submetidos ao poder despótico de um macho que se apropriava das fêmeas. Reunidos pelos rituais de totemismo, em certo momento, rebelaram-se contra o pai num ato de violência coletiva, o mataram e comeram o seu cadáver. Este assassinato e revolta, fundou os laços entre os membros do clã e também com a vítima do sacrifício. Após morto o animal, este era chorado e sua devoração era festejada. O ritual passava de algo profano e proibido á uma festa sagrada e comunitária. Depois do assassinato os membros do clã sentiram remorso e em seguida, instauraram uma nova ordem social entre eles: instituíram a exogamia (renuncia a mulheres do clã do totem) e o totemismo, baseados na proibição do assassinato do pai ou o seu substituto (o totem). Freud vê no lugar do substituto ou animal sagrado, o pai. E articula hipóteses dedutivas apoiadas na melhor bibliografia da época com a sua própria teoria, refere-se às fobias infantis, onde o animal temido representa o pai, como existindo a ambivalência da criança em relação a ele.

Sob a perspectiva da psicanálise, o Complexo de Édipo é a expressão destes dois desejos recalçados (o desejo do incesto e o desejo de matar o pai) presentes também nos dois tabus do totemismo. Deste modo, o tabu em relação ao incesto é para a psicanálise, mais antigo que a existência de qualquer outra espécie de norma e lei. O complexo de Édipo é a lei do pai, a primeira lei fundamental para o indivíduo, pois o estrutura enquanto sujeito.

A interdição do incesto entre os selvagens de Totem e Tabu é o eixo central que ordena toda a sociedade desde então. A lei da exogamia (proibição de casar ou de ter relações sexuais com membros do mesmo clã) é o que propicia a circulação de mulheres, as trocas simbólicas e econômicas entre os diferentes clãs, e o que leva os irmãos a se organizem em sociedade.

Este mito, não formula apenas uma hipótese sobre o totemismo, mas oferece condições para se pensar sobre a origem do social e do político, considerando o estado de natureza até o estado social. O pai morto estabelece entre os irmãos uma autoridade mais forte do que antes, forma-se um vínculo social de igualdade fraterna, uma nova estrutura psíquica para os membros da horda culminando na estrutura edipiana e no sentimento inconsciente de culpa. Estas são posições próprias da psicanálise e não da etnografia, o que não era entendido por muitos críticos, como nos indica Mezan (1985).

1.1.2 Mal-Estar na Civilização (1930)⁶

Neste trabalho Freud mostra os aspectos psicológicos trazidos pelos selvagens ao processo civilizatório. Define civilização como aquilo que diferencia o homem do animal e que o afasta do estado de natureza. Deste modo, a civilização pressupõe tanto o controle da natureza pelo homem, como também, o regulamento dos relacionamentos humanos. A cultura proporciona ao homem a noção de si (sujeito) e do outro (objeto), cria o desejo (em lugar das pulsões instintuais) e seus objetos como o amor, a felicidade, a tristeza, a frustração, a doença. Reprime a agressividade e inventa a culpa. Forma-se o aparelho psíquico: o superego, consciência da lei externa que introduz o princípio de realidade; o ego, que faz a mediação entre os mundos externo e interno e, ao não suportar a frustração pode gerar patologias; e o id, mundo instintivo das pulsões mediado pelo ego e reprimido pelo superego.

Freud retoma o mito da *horda primeva* onde o assassinato do pai onipotente pelos filhos estabeleceu um contrato social para garantir que nenhum deles tomasse o lugar do pai. Portanto, o parricídio constituiu uma organização social que marcou a origem da civilização: os irmãos passaram a viver em comunidade e o tabu do incesto foi a primeira lei que fundamentou a sociedade.

O mal-estar da civilização consiste no fato de que existe um antagonismo intransponível entre as exigências das pulsões e as da civilização, e no processo civilizatório o homem dá-se conta de parte delas. A sociedade

⁶ Este trabalho de Freud foi publicado em 1930 sob o título em alemão *Das Unbehagen in der Kultur*, e depois para o francês em 1934, e para o inglês em 1930.

exige sacrifícios das pessoas e estas devem renunciar a pulsão sexual e a agressividade em prol da segurança que a civilização pode proporcionar. O indivíduo torna-se inimigo da civilização devido as suas tendências destrutivas anti-sociais e anti-culturais. Na civilização, portanto, é constante a luta contra o homem isolado e sua liberdade, versus o poder da comunidade. A energia investida pelo ego à satisfação de seus desejos, ao encontrar a interdição do mundo externo, é reinvestida na busca de medidas paliativas e construções auxiliares, por exemplo, via religião, satisfações substitutivas (sublimação oferecida pela arte), o uso de substâncias tóxicas (acesso a um mundo fantástico e prazeroso), tudo em lugar do mal-estar provocado pelo princípio de realidade.

Freud liga os fundamentos da religião ao estado de desamparo infantil que persiste no homem até a vida adulta. A religião corresponderia a um anseio por segurança contra o estado de desamparo infantil, anseio por um pai poderoso que oferece segurança e proteção, o que poupa os homens da neurose individual, mas os deixa num estado de infantilismo psicológico, além de submetê-los aos delírios de massa⁷.

Freud trata diretamente da felicidade quando diz que a civilização pode evitar o sofrimento e oferecer segurança colocando o prazer em segundo plano. Pelo fato de a satisfação pulsional ser parcial (episódica) as possibilidades de felicidade tornam-se restritas (o conceito de felicidade é subjetivo). O indivíduo não consegue ser feliz mesmo na civilização moderna com todo progresso técnico e científico, pois ele tem que renunciar os instintos sexuais e esses devem ser canalizados⁸. Na época de Freud, o mal estar estava ligado às insatisfações libidinais, ao puritanismo, tabus e rigidez acerca dos impulsos sexuais. A sociedade era tipicamente patriarcal.

O amor como um dos fundamentos da comunidade (“Amar o próximo como a si mesmo”) é ambíguo. Por um lado este se coloca em oposição aos

⁷ Freud concorda com Romain Rolland, um amigo seu, que lhe expõe a questão da existência de um “sentimento oceânico” para explicar a fonte da religiosidade. O sentimento religioso estaria presente em todas as pessoas, religiosas ou não, mas para Freud ligado ao ego.

⁸ “A civilização está obedecendo às leis da necessidade econômica, visto que uma grande quantidade de energia psíquica que ela utiliza para seus próprios fins tem de ser retirada da sexualidade” (Freud, 1930, p. 125).

interesses da sociedade, e por outro a civilização o ameaça com suas restrições às satisfações pulsionais.

Freud (1930) diz que “o que chamamos de nossa civilização é em grande parte responsável por nossa desgraça...” (p. 105), completa o raciocínio esclarecendo que tudo o que buscamos para nos proteger contra o sofrimento também faz parte da civilização. Liga três ideias ao conceito de civilização: a angústia, a agressividade, e o sentimento de culpa. Retoma sua obra *Mais Além do Princípio do Prazer* (1920), onde afirma a existência da pulsão de morte em todas as pessoas e trata de outros aspectos da agressividade falando sobre o *narcisismo das pequenas diferenças*, e sobre a introjeção da agressividade para o ego.

O autor ainda liga à civilização outras ideias como a beleza sempre valorizada pelo homem civilizado, a limpeza remetendo à sujeira que parece incompatível com a civilização, e a ordem que parece essencialmente parte da dela. Além disso, os ideais, a religião e a filosofia que comprovariam um alto índice de civilização, e essa regularia os relacionamentos sociais inibindo os instintos primários. A renúncia do instinto troca o poder do indivíduo pelo poder da comunidade, restringe a liberdade e faz o homem entrar em conflito com a civilização: “Essa ‘frustração cultural’ domina o grande campo dos relacionamentos sociais entre os humanos” (p. 118).

No capítulo IV, Freud reflete sobre os motivos para formação de famílias partindo do homem primevo que provavelmente adquiriu este hábito para que fosse auxiliado no trabalho⁹. O chefe desta família remete ao pai primitivo de *Totem e Tabu* (1912-13), o qual tinha vontade irrestrita. Nesta família os filhos colocaram-se restrições para viver em comunidade, e foi fundada a primeira “lei” ou “direito”. Freud diz que esta vida comunitária teve um fundamento duplo: a compulsão para o trabalho e o poder do amor¹⁰.

⁹ “Depois que o homem primevo descobriu que estava literalmente em suas mãos melhorar a sua sorte na Terra através do trabalho, não lhe pode ter sido indiferente que outro homem trabalhasse com ele ou contra ele. Esse outro homem adquiriu para ele o valor de companheiro de trabalho, com quem era útil conviver. Em época ainda anterior, em sua pré-história simiesca, o homem adotara o hábito de formar famílias, e provavelmente os membros de sua família foram os seus primeiros auxiliares” (Freud, 1930, p. 119).

¹⁰ A cultura totêmica baseia-se nas restrições que os filhos tiveram de impor-se mutuamente, a fim de conservar esse novo estado de coisas. Os preceitos do tabu construíram o primeiro ‘direito’ ou ‘lei’. A vida comunitária dos seres humanos teve, portanto, um fundamento duplo: a

O amor e a necessidade fazem parte dos fundamentos da civilização. O amor sexual (genital) oferece intensas experiências de felicidade e satisfação fornece um protótipo de felicidade baseando o conceito de família¹¹. Para Freud, o amor entre pai, mãe e irmãos é inibido em sua finalidade¹².

A incompatibilidade entre amor e civilização está no conflito entre a família e a comunidade a que o indivíduo pertence, quanto mais este se une a sua família, mais difícil é ingressar na sociedade¹³. Os ritos de iniciação e puberdade auxiliariam o jovem nesta tarefa. As mulheres representariam os interesses da família e da vida sexual, já o homem estaria mais ligado ao trabalho e a civilização. Essa tende a restringir a vida sexual e obedecer às leis da necessidade econômica. Faz proscições a respeito das manifestações da vida sexual das crianças, restringe a escolha de um objeto sexual ao sexo oposto, impõe um tipo de sexualidade para todos, legitima apenas o amor genital heterossexual e a monogamia¹⁴.

compulsão para o trabalho, criada pela necessidade externa, e o poder do amor, que fez o homem relutar em privar-se de seu objeto sexual – a mulher – e a mulher, em priva-se daquela parte de si própria que dela fora separada – seu filho. Eros e Ananke [Amor e Necessidade] se tornaram os pais da civilização humana (Freud, 1930, p.121).

¹¹ “Pode-se supor que a formação de famílias deveu-se ao fato de ter ocorrido um momento em que a necessidade de satisfação genital não apareceu mais como um hóspede que surge repentinamente e do qual, após a partida, não mais se ouve falar por um longo tempo, mas que, pelo contrário, se instalou como um inquilino permanente. Quando isso aconteceu, o macho adquiriu um motivo para conservar a fêmea junto de si, ou, em termos mais gerais, seus objetos sexuais, a seu lado, ao passo que a fêmea, não querendo separar-se de seus rebentos indefesos, viu-se obrigada, no interesse deles, a permanecer como o macho mais forte” (Freud, 1930, p. 119).

¹²“O amor que fundou a família continua a operar na civilização, tanto em sua forma original, em que não renuncia à satisfação sexual direta, quanto em sua forma modificada, como afeição inibida em sua finalidade. (...) As pessoas dão o nome de ‘amor’ ao relacionamento entre um homem e uma mulher cujas necessidades genitais os levam a fundar uma família; também dão esse nome aos sentimentos positivos existentes entre pais e filhos, e entre os irmãos e as irmãs de uma família, embora nós sejamos obrigados a descrever isso como ‘amor inibido em sua finalidade’ ou ‘afeição’” (Freud, 1930. p. 123).

¹³ “O amor genital conduz à formação de novas famílias, e o amor inibido em sua finalidade, a ‘amizades’ (...). Por um lado, o amor se coloca em oposição aos interesses da civilização; por outro, esta ameaça o amor com restrições substanciais” (Freud, 1930, p. 123).

¹⁴ “(...) o próprio amor genital heterossexual, que permaneceu isento de proscição, é restringido por outras limitações, apresentadas sob a forma da insistência na legitimidade da monogamia. A civilização atual deixa claro que só permite os relacionamentos sexuais na base de um vínculo único e indissolúvel entre um só homem e uma só mulher” (Freud, 1930, p. 125).

No capítulo VI, Freud (1930) toma como ponto de partida uma expressão do poeta-filósofo Schiller *são a fome e o amor que movem o mundo* para discorrer sobre as necessidades humanas. A fome como representação dos instintos que visam preservar o indivíduo e o amor visando à busca de objeto e favorecendo a preservação da espécie. A neurose é o resultado da luta entre o interesse de auto-preservação e das exigências da libido, o ego como vitorioso nesta luta, causou vários sofrimentos e renúncias.

Assim como Eros, também existe um instinto de morte, e estes apareceriam juntos, mesclados em diferentes proporções. Freud trata do sadismo e do masoquismo. Defende o ponto de vista de que a inclinação para a agressão que constitui o homem é o maior impedimento à civilização. Essa que trabalha a serviço de Eros combinando homens, entra em conflito com o instinto agressivo humano.

Freud se questiona sobre as formas que a civilização usa para inibir a agressividade. Quando esta agressividade é introjetada volta para o ego de onde veio, a tensão entre o ego e o superego gera o sentimento de culpa e expressa-se como uma necessidade de punição. A civilização domina o desejo de agressão do indivíduo, o enfraquece e o desarma por meio deste agente interior. É a partir do conceito de superego que o autor passa a desenvolver o sentimento de culpa. O indica como um aspecto central da relação do indivíduo com a cultura. Denomina como sentimento de culpa, a tensão entre o ego e o superego causadora da necessidade de punição.

Freud distingue duas origens para sentimento de culpa: o medo de uma autoridade exterior (anterior à formação do superego) e o medo do superego. No primeiro caso, a renúncia pulsional seria suficiente para evitar o sentimento de culpa, mas no segundo caso, esta renúncia não bastaria, já que o desejo persiste. Para Freud, relação entre a civilização e o sentimento de culpa é estreita. A civilização só alcança o objetivo de manter os seres humanos ligados através do fortalecimento do sentimento de culpa.

O destino é encarado como um substituto do agente parental e também como *Vontade Divina*. Todos sentem culpa por que esta seria a expressão da ambivalência e luta entre o instinto de vida e o instinto de destruição. A forma

de organização social em família faz com que este conflito se expresse no complexo edipiano estabelecendo a consciência.

Freud critica como a educação oculta o papel da sexualidade para os jovens, o mau uso da ética em relação à agressividade e as severas exigências que pretendem transmitir a impressão de que todas as pessoas as cumprem e por isso são virtuosas. Os processos de desenvolvimento individual e cultural colocam-se em oposição.

Considerando a semelhança entre o desenvolvimento da civilização e do indivíduo, Freud indica que a civilização deixa grande parte da humanidade neurótica. Ainda coloca em questão até que ponto a cultura conseguirá dominar a perturbação causada pelo instinto humano de agressão e auto-destruição.

1.1.3 A especificidade da família para a psicanálise

Embora todo mundo acredite saber o que é uma família, é curioso constatar que por mais vital, essencial e aparentemente universal que a instituição família possa ser, não existe para ela, como é também o caso do casamento, uma definição rigorosa (Héritier, 1991, citado por Ceccarelli, 2007).

A partir, principalmente, das obras de Julian¹⁵ (2000) e de Rodinesco¹⁶ (2003), podemos entender o que a psicanálise propõe a respeito do que seria uma família. E logo de início, constata o que pode parecer familiar e claro: a

¹⁵ O psicanalista e escritor Philippe Julien foi membro da *École Freudienne* de Paris. Atualmente, é membro da *Lettre lacanienne* e do *Centre de recherche en psychanalyse et écritures*. É autor de, entre outros livros, *O manto de Noé – Ensaio sobre a Paternidade* (Rio de Janeiro: Revinter, 1997) e *Abandonarás teu pai e tua mãe* (Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000). Fonte: http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=10812&cod_canal=41 (acesso em 09/02/2011).

¹⁶ Elisabeth Roudinesco, historiadora e psicanalista, é professora na *École Pratique des Hautes Études*. Exerce influência esclarecedora sobre temas candentes de nossa época e participa ativamente na mídia pelo jornal *Le Monde*. Autora de renome, com diversos livros que marcaram época, tem publicado pela editora Zahar: *A família em desordem*; *De que amanhã...* (com Jacques Derrida); *Dicionário de psicanálise* (com Michel Plon); *História da psicanálise na França* (2 vols.); *O paciente, o terapeuta e o Estado*; *Por que a psicanálise?* e *Filósofos na tormenta*. Para a televisão, escreveu o roteiro do documentário *Sigmund Freud, a invenção da psicanálise* (com E. Kapnist, 1977), exibido no Brasil pela GNT. Fonte: http://www.zahar.com.br/catalogo_autores_detalhe.asp?aut=Elisabeth+Roudinesco (acesso em 08/02/2011).

família se organizar a partir do nascimento de uma criança e pressupõe um laço.

Em seu livro *A família em desordem*, Roudinesco (2003), apoiada em Levi-Strauss, destaca a universalidade da família. Esta apresenta-se em praticamente todas as sociedades humanas, mesmo naquelas que possuem hábitos sexuais e educativos diferentes dos nossos. A conjugalidade e a filiação sempre fizeram parte dos fundamentos da família

(...) num sentido amplo, a família sempre foi definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento e a filiação, ou ainda pela sucessão de indivíduos descendendo uns aos outros (Roudinesco, 2003. p, 18).

A autora destaca que embora os antropólogos acreditassem que a família, como a conhecemos, teria surgido recentemente, após uma longa e lenta evolução cultural, não se conhece praticamente nenhuma sociedade na história da humanidade em que a família nuclear não tenha sido formada com seus membros habitando no mesmo domicílio. Retomando a afirmação da autora "(...) a família apresenta-se como um fenômeno universal. Em função de unir um homem e uma mulher, supõe a aliança de um lado, e a filiação de outro (concepção naturalista da diferença dos sexos)" (Roudinesco, 2003, p. 13), podemos situar três invariantes comuns das organizações familiares:

- a família tem origem em uma na união sexual;
- inclui homem, mulher e filhos nascidos desta união e formando um núcleo;
- seus membros estão unidos entre si por laços jurídicos, aspectos econômicos, sentimentos e proibições sexuais.

Roudinesco (2003) aborda a questão da diferença dos sexos da seguinte maneira: de acordo com Lévi-Strauss, a universalidade da família, repousando sobre a concepção naturalista da diferença dos sexos, embora pareça consistir em um fenômeno biológico, necessita de um elemento cultural para a sua formação. Para que se forme uma família é preciso de outras duas famílias para fornecer um homem e uma mulher

Uma família não poderia existir sem sociedade, reconhecendo que existem outros laços além dos consangüíneos e que o processo da filiação, prossegue através do processo social da

aliança. Daí decorre as trocas e a necessidade de proibição do incesto, passagem do estado de natureza à cultura (Roudinesco, 2003, p. 15).

Portanto, ainda que a família seja fundada na proibição do incesto e repouse na diferença anatômica natural, a passagem da natureza a cultura se dá a partir da proibição do incesto (função simbólica e social). A explicação menos decepcionante para a questão da proibição do incesto estaria associada a uma medida de proteção contra os resultados negativos de casamentos consangüíneos. Porém, esta justificativa é recente, século XVI, e, portanto a proibição do incesto não teria se instituído a partir de medidas naturais

A proibição do incesto está ligada a uma função simbólica, diferencia o mundo animal do mundo humano. Portanto, a família pode ser considerada uma instituição humana duplamente universal uma vez que associa um fato de cultura a um fato da natureza referente a reprodução biológica. Contudo, a proibição do incesto, uma invariante da dupla lei da aliança e da filiação, foi interpretada de outras maneiras antes do modo estabelecido pela Igreja cristã (Roudinesco, 2003, p. 16).

A exogamia que a proibição das uniões sexuais endógamas impõe, leva o indivíduo a sair de seu grupo original, a conhecer e fazer alianças fora do seu grupo biológico. É claro que as sociedades primitivas não tinham conhecimentos a cerca da genética, mas era evidente que as uniões com outros grupos traziam benefícios sociais. Podemos concluir destes apontamentos sobre a proibição do incesto, que esta interdição não poder ser definida puramente como natural ou puramente cultural, mas é um dado importante na passagem da natureza à cultura e também define as relações de parentesco¹⁷.

As relações de parentesco, além de definir os termos com os quais os parentes vão se nomear, distingue os cônjuges possíveis dos cônjuges

¹⁷ Este momento é oportuno para oferecer algumas informações sobre o conceito de parentesco. “O estudo sobre parentesco foi iniciado em 1861 pelo jurista inglês Henry Maine (1822-1888), e a expressão ‘sistema de parentesco’ foi introduzida em 1871, pelo antropólogo norte-americano Lewis Henry Morgan (1818-1881), para designar um conjunto estruturado de atividades fixadas pelas normas sociais e observadas pelos indivíduos aparentados por sangue ou por casamento. Os trabalhos antropológicos sobre os sistemas de parentesco baseiam-se no quádruplo estudo da aliança (o casamento), dos laços de filiação, da genealogia e das gerações” (Roudinesco, 1998, p. 575).

proibidos. Implica regras de aliança e de filiação, e possibilita o reconhecimento das diferenças de sexo e de geração. Um fenômeno de ordem cultural determinante para a organização familiar.

O sistema social de trocas imposto pela exogamia, garante pela proibição de união entre pessoas próximas a circulação da mesmas. Faz com que o grupo biológico não esteja só. O vínculo com outra família assegura o domínio do social sobre o biológico e do cultural sobre o natural. A proibição do incesto e a exogamia, estabelece entre as pessoas um vínculo sem o qual ficariam presas a organização biológica sem elaborar a organização social para se comunicar e integrar a outros grupos.

Também é possível notar as diferentes causas atribuídas às uniões sexuais. Do ponto de vista antropológico a origem do casamento estaria nas necessidades de ordem econômica e divisão do trabalho entre os sexos. Para Freud, a causa estaria no reconhecimento por parte do homem de suas contínuas necessidades sexuais e afetivas, e para a mulher na sua necessidade de se proteger e manter perto de si os filhos, o que daria origem ao casamento e à família, segundo Freud o amor e a necessidade se converteram nos pais da cultura¹⁸.

Os casamentos ligam grupos e famílias entre si e torna-se uma instituição social, o que nos leva a crer que não é de todo um assunto privado. Considerando o seu fundamento de trocas e suas alianças, Roudinesco (2003) diz que “é possível duas abordagens do fenômeno familiar: (família) estudo vertical das filiações e (parentesco) gerações, e descrição horizontal, estrutural ou comparativa das alianças (p. 14)”. O estudo vertical das filiações e das gerações visa às continuidades e as distorções entre os pais e os filhos, assim como a transmissão de saberes e atitudes herdadas de uma geração a outra. A segunda abordagem, de viés mais antropológico, ocupa-se, sobretudo, da descrição estrutural ou comparativa das alianças, enfatizando que cada família provém de uma união que causa uma ruptura em outras duas famílias. A autora se propõe a usar quando se referir ao primeiro caso a palavra família e no segundo a palavra parentesco.

¹⁸ Mostramos estas hipóteses ao esboçar os fundamentos da família nestes dois trabalhos de Freud *Totem e Tabu* (1913) e *O mal-estar na civilização* (1930).

Neste momento a intenção é adentrar um pouco mais no que diz respeito a primeira abordagem que a autora coloca do fenômeno familiar, ou seja, as relações entre pais e filhos, as gerações, transmissão de saberes e atitudes herdadas de uma geração a outra, porém, nos é imprescindível passar pelas relações de parentesco.

Para deixar claro este modo específico da psicanálise conceber a família e se diferenciar da abordagem antropológica, encontramos em Julien (2000), o que confere a particularidade da psicanálise ao tomar a família como objeto de estudo:

“Ora, esta lei de interdito do incesto enunciada pela sociedade basta para dar a uma mulher e a um homem o poder de fazer aliança na conjugalidade? É verdade que a sociedade transmite seu enunciado, mas seu discurso está em condições de permitir sua realização efetiva? É para estas questões que a antropologia não tem resposta. Elas são, no entanto, inevitáveis e nos levam a nos interrogar assim: o que está realmente em jogo no interdito do incesto? Não é a transmissão familiar da lei do desejo, lei que está no próprio fundamento de cada nova conjugalidade?” (p. 32).

Ainda é necessário, para marcar a especificidade da psicanálise em relação à família, esclarecer a função do *pai*¹⁹. Este é um dos problemas que mais causam mal entendidos e polêmicas no meio científico acadêmico e no senso comum em relação à teoria psicanalítica. Vários estudiosos tendem a apontar a psicanálise como defensora do patriarcalismo e da norma burguesa, devido a importância que a teoria confere a função paterna na constituição do sujeito. Embora não se possa desvincular totalmente a criação da psicanálise de seu contexto histórico, a importância da função paterna não deve ser entendida como se referindo estritamente ao pai de carne e osso, ao genitor de uma criança.

¹⁹ Na teoria psicanalítica o pai não se refere diretamente ao genitor da criança. A função paterna institui a entrada da *Lei* na relação da mãe e da criança, interditando a possibilidade, mesmo que simbólica, de uma relação incestuosa. Não se confunde com as responsabilidades, legais e morais, do genitor.

Philippe Julian (s/d²⁰) esclarece alguns aspectos da dinâmica entre função paterna e função materna, a partir da teoria psicanalítica, mais especificamente lacaniana²¹. Jacques Lacan criou três denominações ou dimensões para designar o que é ser pai.

Em primeiro lugar o simbólico, em segundo lugar o imaginário e, em terceiro lugar, o real. Conforme Julian (s/d), o pai, no plano simbólico, refere-se à paternidade como uma terceira posição entre a mãe e o filho. É uma posição instituída pela mãe enquanto mulher, cujo objeto de desejo é o pai. Portanto, o pai no sentido simbólico é instituído pela mãe que o deseja como homem. Esse, por sua vez, existe graças à palavra da mãe. Ela comunica ao filho que é mulher daquele homem que ela chama de pai.

A segunda dimensão da paternidade é o pai no plano imaginário. Este pai decorre da criança que refere-se a ele como uma imagem que pode ser forte, grandiosa, majestosa, contendo força de sedução e de atração. Não se trata aqui do pai biológico, mas da imagem que o pai demonstra em sua vida, privada e social.

Lacan, então, criou também o pai do plano real. Este parte do homem que, em geral, é o pai da criança na família. O pai, no sentido real, é um homem na condição de desejante de uma mulher, em geral a mãe. Repassando: “(...) temos três dimensões: na dimensão do simbólico, o pai vem da mãe; na dimensão do imaginário, o pai vem da criança; e, na dimensão do real, o pai vem de um homem, que tem por objeto de desejo uma mulher” (Julian, s/d, ed. eletrônica).

O *pai* atrelado a função materna, atua para que a criança seja castrada em relação aos desejos incestuosos em relação à mãe, e poderá separar-se dela, o que é absolutamente necessário. A criança, não se desenvolverá psiquicamente se permanecer submetida à sua mãe. O pai seria o agente de salvação desta alienação, a *posição terceira*, contra a dualidade criança-mãe.

²⁰ Sem data.

²¹ Em entrevista concedida ao IHU On-Line. Consulta em: 21/05/2011. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.unisinos.br/ihuonline>

Desta maneira, o pai transmite à criança o aparecimento do desejo de tal forma que um dia ela será capaz de deixar seus pais e de se casar ou unir com um estranho de outra família. Esta capacidade em suas origens vem do *pai*.

A mãe é primeiramente a mulher de um homem, esta é a importância da conjugalidade, a mulher não é toda mãe e o pai não é só pai. A mãe, a quem primeiro a criança se liga, não é o seu objeto de satisfação. Este objeto terá de ser encontrado, graças ao pai, fora da família, em um homem ou uma mulher, vindos de outra família. É a exogamia fundada pelo pai: o indivíduo deixa as suas origens para formar uma nova família e tornar-se mãe ou pai.

Sobre o possível declínio da função paterna, o autor esclarece que do ponto de vista psicanalítico, o pai ainda tem a mesma importância. Há um declínio do ponto de vista jurídico e político. Este declínio alardeado diz respeito apenas à sociedade civil e política, como por exemplo, nos casos de divórcio em que preferencialmente, a guarda das crianças permanece com mãe e, conseqüentemente se o pai tem cada vez menos contato com os filhos, há um declínio, mas de âmbito jurídico, não psíquico. Contudo, no âmbito privado, ou seja, no inconsciente, não há declínio. O pai permanece sendo necessário e atuando em razão do complexo de Édipo

Esta é a invenção de Freud. Para que a criança não seja incestuosa e que ela se separe de sua mãe, ela precisa de um pai que a separe de sua mãe. Ela se torna um filho capaz de se separar de seus pais. Seja ela um menino ou uma menina, pouco importa. Ou seja, o Édipo que Freud inventou é ainda atual (Julian, s/d, ed. eletrônica).

Esclarecidos alguns aspectos da psicanálise em relação à família, pode-se abordar o ideal de família mais próximo do século XX, e que por vezes é naturalizado de várias formas: o modelo de família burguesa.

2 O sintoma contemporâneo (re) estruturando a família

2.1.1 O declínio do pai e a autonomia da mãe

As mutações da família em seus diversos aspectos (psíquicos, políticos, econômicos, sociais e culturais), não poderiam deixar de afetar a condição de seus membros (anteriormente o pai, a mãe e os filhos) nesta instituição. A sua configuração tradicional não permanece a mesma, segundo Roudinesco²² (2003), há um *desejo de família*, existente inclusive nos grupos que a contestavam como instância colonizadora e opressora de cunho patriarcal. A autora que se propõe a examinar esta questão penetrando os segredos de família, concebe este desejo como um distúrbio gerado por nossa época.

Segundo ela, o *desejo de família* que insurge em meio às alterações dos costumes e a instabilidade econômica moderna, pode ser visto como uma expressão instigante do sintoma relacionado à família ocidental. Essa estaria pervertida em sua função de base social, repercutindo no nível sócio-político, democrático, seus novos sintomas sob risco de se decompor em uma realidade de efeitos negativos.

Para analisar esta situação, Roudinesco (2003) aborda alguns aspectos fundamentais na evolução histórico-cultural da família. Segundo ela, esta desordem atual, além de outros fatores implica a saúde de seus membros, em particular, de ordem emocional. E a partir do PACS²³, levanta algumas questões: “(...) por que homossexuais, homens e mulheres, manifestam o

²² Elisabeth Roudinesco é historiadora, como já mencionamos anteriormente, e seguramente a sua formação lhe confere um olhar preciso e habilidoso sobre fenômenos históricos. Um de seus livros que consultamos para este trabalho, *A família em desordem* (2003), está dividido em oito capítulos: (1) *Deus Pai*; (2) *A Irrupção do Feminino*; (3) *Quem Matou o Pai?*; (4) *O Filho Culpado*; (5) *O Patriarca Mutilado*; (6) *As Mulheres têm um Sexo*; (7) *O Poder das Mães*; (8) *A Família do Futuro*. Neles a autora estabelece um diálogo com autores de referência de várias áreas de estudo, como Lévi-Strauss, Deleuze, Platão, Bourdieu, Rousseau, Foucault, Engels, Freud, Lacan, Nietzsche entre outros.

²³ O Pacto Civil da Solidariedade (PACS) entrou em vigor na França como uma lei votada a partir de 1999. Esta lei legaliza a união de casais do mesmo sexo e heterossexuais, por um contrato específico, mas não supõe o direito à adoção de crianças ou á procriação medicamente assistida (Roudinesco, 2003).

desejo de se normalizar, e por que reivindicam o direito ao casamento, à adoção e à procriação medicamente assistida?” (p. 7). Esta discussão será retomada no terceiro item do trabalho que tratará das novas possibilidades de famílias. Por ora será exposto alguns fatos antecedentes à família nuclear.

Como já tratamos²⁴, a família apresenta-se em diferentes realidades, embora o modelo nuclear do Ocidente tenha vindo de uma longa evolução (séc. XVI ao séc. XVIII). Retomemos com Roudinesco (2003), alguns precedentes da família burguesa e seus desdobramentos, a começar pela sua dimensão histórica identificada três grandes períodos²⁵:

A família tradicional aristocrática era estruturada para assegurar a transmissão do patrimônio (social, econômico, cultural), estava submetida à autoridade patriarcal e era feita de casamentos arranjados. Esta família representava uma célula imutável da sociedade onde o principal objetivo era o de manter uma linhagem estabelecida há gerações. Não havia lugar para afirmar ou propor um interesse pessoal em detrimento do que se recebia dos pais e outros antecessores.

A família moderna constituída no final do século XVIII e meados do século XX, era fundamentada no amor romântico e representava uma ruptura com o modelo anterior de família. Esta transição ocorreu no cenário das revoluções burguesas e democráticas, e assentava-se sobre novos axiomas: os vínculos conjugais passaram a ser de livre escolha e consentimento dos parceiros; baseava-se no amor romântico: monogâmico, indissolúvel; e havia concentração afetiva nos filhos.

É evidente a ruptura da rígida estrutura na qual se formavam as famílias e as relações afetivas, sobretudo pelo aspecto consensual no laço conjugal e pelo amor romântico. De acordo com Julien (2000), a partir do Concílio de Florença, em 1439, não era mais necessário o consentimento dos pais para contrair o vínculo conjugal. Essa escolha tornou-se um elemento central na formação das famílias:

²⁴ A especificidade da família para a psicanálise, item 1.1.3 deste trabalho.

²⁵ Para a sua abordagem, Roudinesco (2003) percorre, à luz da psicanálise, o caminho da história da formação das comunidades, das nações, do Estado, das religiões.

Há aí uma ruptura importante. Antigamente, as famílias velavam pela semelhança de identidade dos esposos: educação, mesma crença religiosa, proximidade geográfica, tradições culturais. Doravante, a sexualidade revela *publicamente* que há um além das identificações sociais, uma transgressão das fronteiras culturais, uma 'familiar' estranheza da relação, uma mestiçagem étnica, uma subversão na linhagem; em suma, uma alteridade mais manifesta do que nunca. (p. 11)

Há também outras inovações que reconfiguram esta família: a divisão do trabalho entre os cônjuges e a intervenção do Estado na educação dos filhos

A ordem familiar econômico-burguesa repousa, portanto em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres, a dependência dos filhos. Entretanto outorgando-se à mãe e a maternidade um lugar considerável, proporciona-se meios de controlar uma irrupção do feminino, sexualidade considerada devastadora na medida em que não está colada à função materna. (Roudinesco, 2003, p. 38).

A família *contemporânea* ou *pós-moderna*, a qual procuramos compreender melhor na sua dinâmica, tem na democracia um aspecto central para entendermos os laços conjugais e a educação dos filhos

Finalmente, a partir dos anos 1960, impõe-se a família dita 'contemporânea' – ou 'pós-moderna' -, que une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual. A transmissão da autoridade vai se tornando então cada vez mais problemática à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam (Roudinesco, 2003, p. 19).

Com a vida privada, a complexidade da autoridade, e a transmissão cada vez mais problemática, são destituídas do pai as imagens de pai heróico ou pai guerreiro. Roudinesco (2003) mostra que devido ao caráter divino conferido as relações familiares, o pai era como uma encarnação familiar de Deus. Sua autoridade nunca era contestada e sua figura era de tal maneira sagrada que a autora o compara a imagem do Deus do Velho Testamento, do herói e do guerreiro.

Com as mudanças econômicas e políticas a autoridade paterna, imposta pela força, aos poucos perdeu espaço e validade, e surgiu a

paternidade inspirada no Deus do Novo Testamento. Um pai amoroso e amado, tolerante e respeitado. A família constituída em torno da figura deste pai que respeita um *contrato social* é caracterizada pela compaixão. A imagem cristã de José, carpinteiro e patriarca amável, correspondia à imagem deste novo pai que construiu, a partir de então, a família econômica característica da idade de ouro do paternalismo europeu. Como *pater famílias da coletividade industrial*, o pai assumiu a defesa da família contra a crueldade do capitalismo.

Partindo das figuras paternas da mitologia grega até então, é notável o amesquinçamento que o lugar do pai sofreu. Além de seu visível enfraquecimento, este ainda era confrontado pelo discurso misógino e seguido pelo declínio da monarquia com um elevado temor à feminilização do corpo social. O pai não era mais o único responsável pela transmissão *psíquica* e *carnal* na educação dos filhos e a mãe adquiriu responsabilidades e direitos nessa tarefa.

Esta feminilização do corpo social no final do século XIX, foi marcada por uma ampla mobilização para discutir a polêmica em torno do patriarcado e o matriarcado, o que reformulou mais uma vez a organização da soberania patriarcal: o *padre-padrone*, conciliava a vida privada com o trabalho para guardar o seu poder. Isto não evitou a desconstrução da força da imagem do pai que cedeu à representação de uma paternidade ética (o pai justo), em um casamento livremente consentido pelos cônjuges, mas ainda sob o patriarcado.

Forma-se então a família econômico-burguesa baseada na autoridade do marido, na subordinação da esposa e na dependência dos filhos. Contudo, esta autoridade não é mais despótica como antes, a vontade e poder do pai é regulamentada pela lei do Estado (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, França, 1789). E este passa a acompanhar e a intervir na vida familiar em virtude da importância econômica que as famílias passam a desempenhar. Elas tornaram-se uma forma de regulamentação, estrutura de base da sociedade, "pois sem ela o Estado só poderia lidar com massas despóticas ou tribais" (Roudinesco, 2003, p. 40). Lebrun (2004) acrescenta sobre a legitimidade conferida a família:

A família sempre o foi o caldeirão da vida social, o lugar onde se preparava para o futuro sujeito o acesso à sociedade de que fazia parte; no seio dessa família, que, então, nunca foi somente privada, mas desde sempre articulada com o social, o papel do pai era representar a autoridade – idêntica àquela do topo da pirâmide social – e encarnar a figura de exceção pela qual transmitia a legitimidade na continuidade temporal (p. 14).

A partir de então, o pai deve ser justo, submisso a lei e respeitar os direitos das mulheres e das crianças. A mulher deve ser "acima de tudo mãe, a fim de que o corpo social esteja em condições de resistir à tirania de um gozo feminino capaz, pensa-se, de eliminar a diferença dos sexos" (p. 38). Sobre o descompasso crescente entre pai e mãe, Roudinesco (2003) afirma que

Baseada na soberania do pai, no século XVIII com o advento da burguesia, a maternidade adquiriu lugar central na família. O declínio do patriarcalismo esboçou um processo de emancipação para mulheres, crianças, e "invertidos" se normalizarem. Essa situação gerou angústia e desordem em relação à abolição da diferença dos sexos e perspectiva de dissolução da família. Nestas condições levantam-se questões a respeito da posição do pai, mulheres e homossexuais na família e, sobretudo, se ela está ameaçada (Roudinesco, 2003, p. 11).

Conforme a autora, a família do século XIX seguramente foi abalada e reestruturada a partir da invenção freudiana do complexo de Édipo. No início do século XX a emancipação feminina ainda era repudiada por aqueles que a consideravam favorecedora da feminilização do corpo social, e, sobretudo como situação que anula a diferença dos sexos. Situação ainda agravada pela perda da natureza divina do casamento com a instituição do divórcio na França em 1792.

O impacto provocado pela concepção freudiana de família edipiana adentrou o século XX implicando na revisão da descrição moderna de parentesco. Freud introduziu na modernidade a mitologia do destino e da maldição, advindas do teatro grego e elisabetano, e da literatura romanesca do século XIX. A família edipiana é fundada no assassinato do pai pelo filho que

deseja a mãe, sobrepõe-se a autoridade patriarcal²⁶ e depois sente culpa, "Hamlet, portanto, é Édipo mascarado ou Édipo recalçado²⁷" (Roudinesco, 2003, p. 67). Esta invenção freudiana, o modo de conceber a família e suas relações

(...) esteve na origem de uma nova concepção da família ocidental capaz de lidar, à luz de grandes mitos, não apenas com o declínio da soberania do pai, mas também com o princípio de uma emancipação da subjetividade (Roudinesco, 2003, p. 88).

A autora explica que Fred concebeu um novo lugar simbólico à família no momento em que ela não era mais sustentada na imagem de um pai ideal, divino e despótico, mas ao contrário tornou-se uma família que havia recebido por herança a figura de um patriarca mutilado. Esta nova organização familiar fundada no modelo edipiano, e originária do modelo civil, como diz a autora, repousa sobre três fenômenos:

(...) a revolução da afetividade, que exige cada vez mais que o casamento burguês seja associado ao sentimento amoroso e ao desabrochar da sexualidade feminina e masculina; o lugar preponderante concedido ao filho, que tem como efeito "maternalizar" a célula familiar; a prática sistemática de uma contracepção espontânea, que dissocia o desejo sexual da procriação, dando assim origem a uma organização mais individual da família (Roudinesco, 2003, p. 96).

A contínua emancipação das mulheres e avanços tecnológicos marcou a passagem do feminino-materno para a disposição feminina de "progressivamente dominar os processos de procriação" (Roudinesco, 2003, p. 149). O poder das mães, como evoca a autora, causa temores sobre a

²⁶ Segundo Roudinesco (2003), as filhas também começaram a questionar e tentar romper com a autoridade materna para alcançar a emancipação sexual, precipitando um clima de terror apocalíptico, mais uma vez relacionado a uma possível supressão das diferenças dos sexos.

²⁷ O personagem de Shakespeare, *Hamlet*, seria, portanto o *Édipo* adulto carregando as conseqüências da tragédia, e tornando-se um adulto dominado pela consciência de culpa.

fertilidade, o masculino e o feminino, e deixa o poder do pai cada vez mais abstrato e restrito a um lugar simbólico.

O filho adquire posição central na família e deixa de ser visto como um objeto para torna-se um sujeito investido pelo narcisismo dos pais. Ele passa a representar a continuidade dos pais e ser mais desejado.

A mulher em continua emancipação desde o final do século XVIII – graças à organização do feminismo em movimento político – deixa de ser apenas esposa e mãe para individualiza-se. Sobretudo no campo da sexualidade há uma mudança radical quando se dissocia o prazer da finalidade de reprodução, o corpo e a sexualidade feminina não estavam como antes sujeitas aos homens. Os avanços tecnológicos da biomedicina proporcionaram às mulheres, além do controle da concepção, prescindir a participação direta do homem na fecundação “um fosso irreversível parece ter se cavado, pelo menos no Ocidente, entre o desejo de feminilidade e o desejo de maternidade, entre o desejo de gozar e o dever de procriar” (Roudinesco, 2003, p. 146).

Os avanços tecnológicos, as manipulações procriativas, e a autonomia que as mulheres adquiriram ao longo dos tempos, acenaram para a necessidade de repensar o casamento como meio para constituir uma família ou escolher outro destino para si, já que muitas mulheres não desejam a maternidade.

As alterações no modelo familiar, junto aos avanços tecnológicos, culturais e sociais, tornaram a família também acessível aos homossexuais, sempre excluídos dela. Segundo Roudinesco (2003), a partir de 1965 gays e lésbicas passaram a reivindicar o direito a paternidade-maternidade e “inventaram uma cultura da família que não passava, sob muitos aspectos, da perpetuação do modelo que haviam contestado e que já se encontrava ele próprio em plena mutação” (p. 181), transgredindo uma ordem moral de mais de 2 mil anos!

Ao fim deste percurso histórico, Roudinesco (2003), afirma indo contra alarmismos e inquietações, que a família não se dissolveu, e apesar de uma

crise do princípio da autoridade no Ocidente ela se reorganizou de forma horizontal e em redes, garantindo a reprodução das gerações. Mas se faz necessário compreender um pouco mais as articulações sócio-políticas que construíram a família que está em crise.

2.2.2 Família nuclear como ideal de ordem e normalidade

O cenário caótico da família é afirmado e vislumbrado a partir de diferentes focos. Discursos de vários meios dizem que a família vai mal e cada um explica o fato de uma maneira. A família tornou-se desestruturada principalmente por causa dos pais e por sua classe econômica (o que não fica explícito). Vários são os motivos para sua tutela pelos especialistas: afrouxamento dos laços conjugais, enfraquecimento da autoridade dos pais, emancipação da mulher, conservadorismo do homem, rebeldia da adolescência, repressão da infância, excesso de proteção aos filhos, ausência de amor para com eles entre outros. Os membros da família estariam se esquecendo das regras de convivência que mantinham a família unida e coesa, voltando-se cada um para interesses próprios e deixando de cumprir as suas antigas e fundamentais funções na família.

Aguns problemas que surgem desta situação: pais retirando-se de seus papéis, abandono de crianças, autonomia dos filhos, emancipação das mulheres em atrito com o poder dos homens. Situações que estariam promovendo uma guerra de sexos e de gerações dentro da família, ao invés de esta ser uma célula da sociedade que prepara para a vida pública. Colocou-se o impasse da família ao perder os seus antigos valores e não sustentar os vínculos tradicionais, ela não poderia mais estabelecer relacionamentos sólidos e formar indivíduos saudáveis. Precisava da intervenção de especialista para se refazer.

Estes são os pressupostos centrais de grande parte das propostas de reabilitação familiar. Partindo disto, médicos, psicólogos, pedagogos, psicoterapeutas e profissionais afins revezam-se na ocupação de assistência às famílias desequilibradas. Costa (2004) indica que principalmente nos

grandes centros urbanos, parte da burguesia parece ter rejeitado o direito e o dever de resolver sozinha suas dificuldades e problemas familiares, apelando com mais freqüência a especialistas, em busca de soluções para seus males domésticos.

A idéia clássica que influencia o senso comum e provavelmente o meio científico sobre o que é família, lar e sociedade, apesar de diversas transformações, ainda está ligada ao ideal de família burguesa. Podemos conhecer um pouco melhor este modelo em seu ideal de ordem e normalidade ditado por profissionais, considerando a influência que a história colonial e a higienização médica no Brasil, exerceram sobre o que é comum entender hoje por família. Para isto, recorreremos a Jurandir Freire Costa²⁸ ao esquematizar a transformação e normatização das relações íntimas da família em determinados estratos da sociedade brasileira, articulando táticas disciplinares que constituíram a norma da família e a família como norma.

O autor retoma justamente os antecedentes da família nuclear como conhecemos, para mostrar que esta posição de dependência para com agentes educativo-terapêuticos não é estranha à história burguesa, e provavelmente nem ao século XXI também. Para isso, remete-se a família oitocentista de elite no século XIX, antecessora da família burguesa, para mostrar que a primeira também foi submetida a uma tutela do mesmo gênero. A política higiênica, por meio da medicina social, recorreu a argumentos semelhantes aos atuais para submetê-la a um estado de dependência, penetrar na intimidade do lar, modelar os sentimentos e desejos, e reformular a postura do pai e da mãe.

Segundo Costa (2004), partir da terceira década do século XIX, a família começou a ser mais incisivamente tomada como incapaz de proteger a vida das crianças e dos adultos. O legado dos velhos hábitos coloniais, altos índices de mortalidade infantil e as precárias condições de saúde dos adultos; justificou políticas higienistas que impuseram à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época. Esta

²⁸ Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal de Pernambuco (1968). Atualmente é professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, colaborador - Circulo Psicanalítico do Rio de Janeiro e professor do Ministério da Saúde. Tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Psiquiatria, atuando principalmente nos seguintes temas: psicanálise, subjetividade, winnicott, psicanálise e corpo - mente. Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4787139Y6> Consulta em: 21/04/2011.

educação, dirigida, sobretudo às crianças, alterou profundamente os costumes familiares e sociais em diversas esferas. Por intermédio do higienismo, os indivíduos aprenderiam a desenvolver o anseio pela saúde e a tornar predados físicos, psíquicos e sexuais em distintivos de classe social.

A partir desta disciplina, Costa (2004) mostra como a vida privada das famílias foi atrelada ao destino político da burguesia de duas maneiras inéditas. Por um lado, o corpo, o sexo, os vínculos conjugais, parentais e filiais, passaram a ser empregados como instrumentos de dominação política e sinais de distinção social de classe. Por outro lado, a ética que ordena o convívio social burguês transformou o convívio familiar, reproduzindo no âmbito privado, os conflitos e antagonismos de classe existentes na sociedade. As relações privadas da família passaram a refletir as relações entre classe sociais. A dinâmica deste processo é mais visível quando se analisa os resultados obtidos pela educação higiênica²⁹.

A identidade dos indivíduos não ajustados à disciplina do higienismo era alterada não apenas pela abolição de condutas inaceitáveis, mas, sobretudo, pela produção de novas condutas e formas de lidar com o corpo e com os sentimentos. Costa (2004), recorre a Foucault e a Donzelot para explicar como o Estado moderno, serviu-se de equipamentos de normalização para solucionar urgências políticas.

Segundo o autor, a lei e a norma, foram implantadas na sociedade e na família através da repressão, buscando principalmente negar, desqualificar e obstruir a via de acesso do que era considerado indesejado. A norma, embora possa incluir em sua tática certa repressão visa, sobretudo, prevenir o que possa acontecer e produzir o desejável. A regulação é o mecanismo de controle que estimula, incentiva ou exalta comportamentos e sentimentos até então inexistentes ou imperceptíveis. Pela regulação os indivíduos são ajustados à ordem do poder não apenas pela eliminação das condutas inaceitáveis, mas, principalmente, pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais.

²⁹ É possível conhecer mais detalhadamente sobre a educação física, moral, intelectual e sexual, no capítulo 5: *Adultos e crianças*, do livro de Jurandir Freire Costa, *Ordem Médica e Norma Familiar*, 2004, ed. Graal.

O Estado moderno tinha necessidade de um controle demográfico e político da população visando o desenvolvimento industrial. Para isso, era preciso atuar junto às famílias para disciplinar possíveis práticas anárquicas e manipular os cuidados físicos com as crianças, além de, no caso da população mais desfavorecida, prevenir as ameaças políticas da miséria e do pauperismo. No entanto, esta manobra não poderia lesar as liberdades individuais. Articula-se, então, dois modos de intervenção normativa para defender a saúde física e moral das famílias e executar a política do Estado em nome dos direitos humanos.

A medicina doméstica foi a primeira dessas intervenções. Esta medicina, em meio à burguesia, incentivava a política populacionista, direcionando as famílias para os cuidados com a educação das crianças. O segundo modo de intervenção, dirigido às famílias menos favorecidas, apresentou-se sob a forma de campanhas de moralização e higiene da coletividade. Essas intervenções, claramente diferenciadoras, visavam o desenvolvimento de uma mão-de-obra politicamente dócil para o mercado de trabalho, e a ação médico-filantrópico-assistencial fazia isso sem desrespeitar o pacto social.

Costa (2004) corresponde a normalização médica da família brasileira ao desenvolvimento urbano e a criação do Estado nacional. Segundo o autor, a modificação do comportamento familiar era um elemento importante nessa estratégia. A família aceitou então a sua modelação pela cidade, mas não se sujeitou ao Estado. Pelo contrário, aprendeu a servir-se desta transformação e a usá-la como arma, contra o Estado. Quanto mais as famílias modernizavam seus costumes, racionalizavam os seus comportamentos, mais reforçavam os seus vínculos internos.

Todo o movimento de remodelação da cidade era eficaz em várias esferas, contudo detinha-se nas fronteiras da vida privada. Os vínculos afetivos, as condutas íntimas, as representações de corpo, as necessidades emocionais possuíam uma estabilidade indiferente aos decretos legais. Estes aspectos da vida familiar, causa e consequência do modelo econômico e cultural dos senhores, permaneciam imunes as intervenções jurídico-policiais.

Paralelamente a reformulação das mentalidades e dos costumes, os indivíduos deveriam internalizar a importância do Estado na promoção e preservação da saúde, bem-estar e progresso da população. A importância pública da higiene satisfazia ao interesse da elite agrária pela unidade política do país. Até o século XVIII, a população não havia incorporado à consciência cívica, o sentimento de pátria ou de nação.

Diversos motivos impediam o governo dos indivíduos exclusivamente por meios legais. A legalidade jurídica era insuficiente para introduzir-se no convívio familiar, embora algumas de suas mais importantes funções possuíssem um estatuto jurídico bem definido, como, por exemplo, o direito opressivo do homem sobre a mulher e os filhos. O poder paterno colonial sustentava-se na ética religiosa e no domínio do latifúndio sobre o meio cultural. Foi nessa área da ordem social que o poder do pai se aportou por tempos. E conseqüentemente toda uma série de comportamentos e sentimentos que compunham a intimidade familiar. Estes hábitos não podiam ser simplesmente rotulados de legais ou ilegais. Somente instâncias enunciativas de julgamentos em termos morais poderiam ser aceitas. O instrumento adequado para isso deveria assumir insígnias de poder e saber sobre a moral e da própria família deveria acender os seus fiscais.

Conforme Costa (2004), todas as articulações para a persuasão higiênica desenvolvida no século XIX se apoiará na idéia de que a saúde e a prosperidade da família dependem de sua submissão ao Estado. A família deixava-se manipular para ser respeitada e convertia os seus membros em vigilantes da saúde individual e aliados do Estado.

Para que a lógica higiênica ganhasse credibilidade científica, foram reformulados os conceitos de amor e de alma, e estes direcionados ao corpo, culpado dos vícios e fraquezas da carne, passível de ser domesticado e reorientado para fins sociais. A ausência de patriotismo foi redefinida como deficiência físico-moral.

É nesta perspectiva que a família será investida pelo discurso médico, sobretudo a família de elite, letrada, que podia educar os filhos e aliar-se ao Estado. Para ser aceita pelas famílias, a higiene desenvolveu a idéia de que os pais erravam na criação dos filhos por ignorância, estigma de incompetência

que permitiu aos profissionais uma tutela autoritária. Sem dúvida, a figura do médico, ganhou grande prestígio e isso repercutiu posteriormente, a seu favor na política.

Com o higienismo são criados institutos profissionalizantes para os menores abandonados. Ocorrem modificações, de certa forma, positivas na educação que deixa de ser punitiva e repressiva, passando a uma educação preventiva, tudo em nome da assistência à infância. Essa *assistência* tem por objetivo a garantia de obtenção de uma futura classe trabalhadora composta de cidadãos disciplinados e adaptados a ética puritana do trabalho para não ameaçar a ordem social.

O modelo de família estruturada é definido por meio da educação sexual higienista. Conforme esta, o casamento torna-se uma instituição higiênica para defender a raça e o Estado. Era desaconselhável a desproporção de idade entre os cônjuges. As condições físicas e morais dos pretendentes tornavam-se parte das preocupações higiênicas em detrimento do patrimônio financeiro. Formava-se uma figura diferente do patriarca colonial:

O homem, segundo a higiene, deveria ser antes de tudo pai. Mas, esta função não coincidia com a atividade familiar do patriarca colonial. [...] O pai higiênico nasceu com outra ética e outra profissão. Em vez de proprietário era um funcionário. Funcionário da raça e do Estado, a quem deveria dedicar o melhor de suas forças. [...] deveria prover a subsistência material da família, otimizar a reprodução física da raça e maximizar o patriotismo da sociedade (Costa, 2004, p. 240).

A educação das crianças interessava ao Estado para o desenvolvimento da nação³⁰. Os homens e mulheres tornavam-se reprodutores

³⁰ Em 1930 a maior parte da população brasileira ainda não tinha acesso à escola. Apesar disso, a obrigatoriedade de escolarização vinculada à ideia de igualdade de oportunidades, encontrava nas famílias menos favorecidas, os estereótipos para justificar diferenças no rendimento escolar das crianças. Os adultos das classes subordinadas eram considerados mais agressivos, relapsos e desinteressados pela educação dos filhos. O médico Artur Ramos foi um dos principais intelectuais a desenvolver e oficializar práticas higienistas no processo de escolarização do Brasil. Colaborou com a divulgação dos conceitos da psicanálise que davam grande ênfase à relação entre pais e filhos para a personalidade infantil. A ideia era de criar um serviço de apoio às escolas primárias atendendo crianças com problemas de adaptação ao meio escolar. Ramos assumiu a chefia do Serviço de Higiene Mental e Ortofrenia da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro em 1934, onde realizou várias pesquisas. Posteriormente escreveu os livros *Educação e Psicanálise* (1934), e *A criança problema: A higiene mental na escola primária* (1939).

e guardiões de proles sãs e *raças puras*. As condutas sexuais reduziram-se a funções sócio-sentimentais de pai e mãe no casamento. Era imprescindível a dedicação aos filhos. A mulher, foi reduzida a figura de mãe higiênica e teve a responsabilidade com os filhos aumentada

A relação entre aleitamento mercenário e mortalidade infantil detonou o processo de criação da mãe higiênica. Os médicos, notando que este tipo de amamentação era responsável pelo aumento da mortalidade de crianças, decidiram fazer com que a mãe amamentasse. [...] Do ponto de vista dos higienistas, a independência da mulher não podia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens e idéias que reforçassem a idéia de mulher-mãe (Costa, 2004, p. 255, p. 260).

Esta volta feita para compreender algumas manobras da família e o papel conferido a função paterna e materna, esclarece melhor a forma como estas funções foram reguladas, e de certa forma naturalizadas. São exatamente estes modelos de pai e mãe que parecem estar em crise atualmente.

2.2.3 Novas configurações familiares

A família *contemporânea* ou *pós-moderna* não é uma, mas corresponde uma gama de possibilidades e arranjos conseqüentes de vários fatores da atualidade, mais precisamente, a democracia e a ciência, depois que o valor sagrado da paternidade e do casamento foi revogado ao longo da história. Por um lado, há a idéia de que as novas configurações familiares, que vem se manifestando com mais intensidade nos últimos anos, apontam para dissolução da família; por outro, existe a idéia de que apesar das diferentes e novas configurações, a família está sendo reformulada em uma nova ordem, e ainda educa.

Fortemente criticada, após 1968, a família reaparece, novamente glorificada socialmente não só como dispositivo de filiação, mas também como modo de vida. Gavarini (2008, p. 274) traz o exemplo de um jurista:

Daniel Borrillo (2000) reivindica “a vida familiar” para todos, seja qual for sua orientação sexual; ele milita por “um direito humano à família”. A família em questão deve, entretanto, a seus olhos, ser libertada de sua “função” de sistema constrangedor e das diversas “ordens” às quais ela está subordinada: a vida familiar não está de maneira alguma a serviço de uma ordem metafísica qualquer, pois que ela não precisa nem da ordem natural, nem da ordem simbólica da diferença dos sexos, nem mesmo daquela da lei para qualificar o laço.

Tendencialmente, as pesquisas atuais sobre a família consistem em fazer equivaler todas as formas que o laço familiar e a filiação que poderiam tomar

A referência jurídica incontestável é o jurista Yan Thomas (Thomas, 1998), que mostra muito bem que a montagem simbólica da filiação é um “artifício legal”. Não há então, deste ponto de vista, dispositivos familiares e de práticas de filiação ou de procriação que possam ser considerados universais ou mais apropriados que outros (Gavarini, 2008, p, 275).

A demonstração sustenta-se no emprego de várias referências derivadas da hipótese de que as funções parentais são independentes das funções reprodutivas e até da diferença dos sexos (em certas culturas). Outra tendência consiste em naturalizar a família e legitimar a intervenção do Estado. Assim, a família

[...] aparece como o lugar “natural”, privilegiado da socialização, da identidade, da cultura, lugar de expressão dos particularismos das comunidades. Essa família pode, inversamente, ser estigmatizada, segundo já se assinalou, como instituição social falha. Ela é então designada como carente em sua função de educação e de bom governo dos indivíduos. [...] Nas campanhas de prevenção, a mensagem explícita chega até a dizer que nenhuma família está livre a priori, o risco legitimando a ingerência do Estado e das novas formas de intervenção como a reeducação para os pais, a ordenação do sistema familiar por diversos métodos de mediação para “re-parentalizar”. (Gavarini, 2008, p, 276).

A ruptura com as bases estruturais da família é radical, porém faz-se um elogio ao modo de vida tradicional livre dos compromissos que lhe conferem certa ordem. Segundo Gavarini (2008)

Essa aspiração à vida familiar é solidária da expressão de um desejo de filiação entre os casais homossexuais e de sua reivindicação, bem explícita desde os anos 80, de acesso às técnicas de procriação medicamente assistida em nome de um direito de igualdade de tratamento médico entre todos, garantido pelo Estado (p. 274).

A lógica deste discurso sustenta-se alegando que obtendo as mulheres estéreis o direito a procriação, graças à procriação medicamente assistida (PMA), esta possibilidade não deveria excluir os homossexuais, cujas relações sexuais também são estéreis. Acrescentando a este, está o argumento da defesa das liberdades individuais e da vida privada, “A ideia de um ‘direito à criança’ pode ser entendida como um direito a ser como os outros” (Gavarini, 2008, p, 274).

Esta ideia é discutida e defendida em diversos meios de estudos através de publicações e trabalhos que de certa forma, apóiam a associação de casais homossexuais. As novas configurações familiares desempenhadas na homoparentalidade causam polêmicas pelo fato de seu caráter experimental, bem como pela multiplicidade de alianças e recomposições (crianças nascidas de uniões heterossexuais e criadas por homossexuais, inseminação artificial, mães de aluguel, com ou sem referência a uma pessoa de outro sexo dentro de casa) que implicam significativamente na nomeação da parentalidade³¹.

Como diz Roudinesco (2003), esta família mais se parece agora com uma “tribo insólita, uma rede assexuada, fraterna, sem hierarquia nem autoridade, e na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado” (p. 155). O dispositivo familiar que sempre fez parte de uma realidade tensa ao conjugar as diferenças sexuais e as gerações, agora sofre a interferência de outros fatores. Fica a constatação de Roudinesco (2003) sobre a família:

De agora em diante esta não será mais vista apenas como uma estrutura de parentesco que restaura a autoridade derrotada do pai, ou sintetizando a passagem da natureza à

³¹ Gavarini (2008) traz o exemplo do Québec como exemplo nomeação: “No Québec, onde a filiação homossexual foi legalizada, os pais são, doravante, designados no texto da lei como “co-pai” e “co-mãe”! Será preciso, sem nenhuma dúvida, certo tempo para que essas denominações sejam assimiladas e para que sejam investidas subjetivamente não de um sentido intrínseco, mas de um sentido simbólico de valor” (Gavarini, 2008, p, 275).

cultura através dos interditos das funções simbólicas, mas como um lugar de poder descentralizado e de múltiplas aparências. Em lugar da definição de uma essência espiritual, biológica ou antropológica da família, fundada no gênero e no sexo ou nas leis do parentesco, e em lugar daquela, existencial, induzida pelo mito freudiano, foi instituída uma outra, horizontal e múltipla, inventada pelo individualismo moderno, e logo dissecada pelo discurso dos especialistas. (p. 155)

Estas transformações que seguem causando inquietações, por normalmente se oporem às formas tradicionais dos laços de filiação, não nos deixa indiferentes. Causa reações que vão da fascinação e encanto, aos agouros apocalípticos e temerosos, e isso não só no senso comum, mas também no meio científico-acadêmico. Faz-se necessário então, deslocar o olhar de um certo *ideal de família*, para lançar olhares sobre estas novas configurações e possibilidades, o que não escapa a subjetividade de quem se propõe um olhar neutro.

As leituras sociológicas da família não escapam ao não sabido ideológico e subjetivo do pesquisador, alerta Gavarini (2008). A sua ética e o que o marca como sujeito sexuado, pertencendo a uma geração, tendo um estatuto matrimonial e parental, advindo ele mesmo de uma história familiar e sexual tampouco foge a marca do tempo.

As representações científicas da família colaboraram por muito tempo para agenciar “uma imagem apolítica, a-social e assexuada (em termos das relações sociais de sexo) da família” (Gavarini, 2008, p, 277), ao mesmo tempo em que esta esteve no centro de apostas políticas, sobretudo como instituinte de sociabilidade. Um traço comum das análises sociológicas recentes sobre a família, conforme Gavarini (2008), é não especificar a situação econômica e social destas como se isto não determinasse o seu estatuto social e desigualdades sociais que as marcam. Fica impreciso a classe das famílias contemporâneas, se estas são urbanas, laicas, um tipo ideal.

A terminologia empregada para nomeá-las, apóia-se de certa maneira sobre traços funcionais ou anatômicos do agenciamento familiar conferindo a ele um valor positivo ou negativo, vejamos como Gavarini (2008, p. 277-278), lista as principais características deste procedimento:

1. A família pode ser definida pela caracterização de seu princípio organizador; assim, por exemplo, a família contemporânea é considerada individualista. A família é qualificada com termos do domínio político, *família democrática*, na qual se exerce uma *paridade* entre os indivíduos, homens, mulheres, adultos, crianças, que a compõem. Seus principais atributos são o princípio de igualdade entre todos os membros e a exigência de que as tarefas e os papéis sejam auto-definidos por todos, há liberdade recíproca para os indivíduos.

2. Na família *relacional* os traços específicos seriam a flexibilidade das alianças e a auto-regulação das relações parentais e filiais: as regras e decisões advêm do consentimento dos cônjuges e das crianças. A modalidade de regulação da vida cotidiana e dos afetos é a negociação.

3. O acento pode estar na dinâmica formal da família, conforme a sua dialética de composição, decomposição e recomposição; apontando para a instabilidade das uniões. Nessa família, novos membros são integrados as suas configurações e, portanto, é chamada de *família recomposta*. Os laços de filiação e de parentesco são preservados como indissolúveis em comparação aos laços conjugais sujeitos as uniões e aos afetos sexuais³².

4. Outro tipo de abordagem insiste, ao contrário, na desinstitucionalização da família. Desinstitucionalização significa que a família torna-se um assunto privado. O contratualismo generalizado dos laços familiares é problematizado, e os laços eletivos acabam por impondo-se sobre a instituição com seus aspectos restritivos.

5. A família contemporânea pode ainda ser vista como uma família *incerta*, ameaçada e até mesmo ameaçadora, vinculada ao enfraquecimento da figura paterna, bem como o fato de fazer disso a origem da crise do princípio da autoridade na sociedade.

6. Neste quadro de representações científicas da família, são acrescentadas, por sua marginalidade, as famílias caracterizadas pela não-

³² Gavarini (2008) faz uma observação importante depois de listar estes três modelos de famílias: "Seguramente, uma geração de pais pode se reconhecer nestas modalidades democráticas e consensuais de adaptação aos novos laços familiares. Porém, pode-se questionar se tais esquemas funcionam harmonicamente ou se repousam sobre a idealização ou recusa de conflitos" (p. 277).

institucionalização. São as famílias tratadas pelos serviços sociais e de saúde pública, cujo arquétipo foi por muito tempo a família monoparental.

Ainda que tendencialmente estes tipos de família tenham aumentado no contexto democrático e laico da contemporaneidade, concordamos com Ceccarelli³³ (2007) ao indicar que estes modelos certamente já se manifestaram anteriormente:

Seguramente, muitos destes modos de procriação e de filiação sempre existiram. Entretanto, eles eram marginais em relação aos padrões oficiais ou, simplesmente, ignorados como se não estivessem ocorrendo ou, ainda, tratados como uma fatalidade infeliz: crianças criadas por um só genitor - na grande maioria dos casos a mãe. Mas, a partir do momento que os protagonistas desses arranjos passaram a exigir seus direitos de cidadãos provocando visibilidade, começaram a surgir questões que interpelam todo o tecido social (p. 92).

Gavarini (2008) é de opinião que as interpretações sociológicas a respeito da família e de suas transformações, repousam sobre implícitos inerentes ao contexto no qual elas se produzem marcando as seguintes posições:

1. De um lado, invoca-se uma imagem de família tradicional situada num momento *antes* da crise atual, antes do fenômeno de desinstitucionalização lamentado por alguns observadores. É uma família um tanto idealizada, que parece ter apagado as relações de dominação que a estruturaram, assim como o fato de que ela podia ser o lugar privilegiado de violências privadas escondidas, uma ordem comumente arbitrária com respeito às mulheres e às crianças.

2. Existe, de outro lado, uma valorização aparente em relação às experimentações atuais no registro da parentalidade e da filiação. Parentalidade múltipla, pluriparentalidade, parentesco recombinação, homoparentalidade; formas experimentais, um tanto difusas, vistas com entusiasmo, uma vez que aqueles que as adotam parecem liberados das

³³ Psicólogo; psicanalista; Doutor em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Universidade de Paris VII; Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental; Sócio de Círculo Psicanalítico de Minas Gerais; Membro da "Société de Psychanalyse Freudienne", Paris, França; Professor Adjunto III no Departamento de Psicologia da PUC-MG (graduação e pós-graduação).

obrigações instituídas na família e nas funções parentais tradicionais *inovando*. Por vezes esses indivíduos são tomados como *revolucionários* por divulgarem as manobras que podem ser feitas com os laços sociais de aliança e de filiação.

A autora explica que as reservas que certos clínicos podem ter com relação a estas questões, somando-se ao estatuto da diferença dos sexos na aliança e na filiação, são qualificadas de *reacionárias*, sobretudo quando apóiam-se em uma noção como a de *ordem simbólica*. Aqueles que neste assunto sustentam um ponto de vista liberal, “consideram que a filiação deve contemplar as liberdades e as orientações sexuais individuais e não uma ordem estática ou jurídica qualquer (Gavarini, 2008, p. 280)”. Ceccarelli (2007), parece partilhar deste ponto de vista liberal fazendo a seguinte crítica aos reacionários do campo psicanalítico:

A psicanálise não é guardiã de uma ordem simbólica suposta imutável, produtora de uma forma idealizada de subjetivação baseada nas normas vigentes e com o poder de deliberar sobre o normal e o patológico. Não nos cabe ditar os caminhos "normais" do desenvolvimento psíquico a partir dos modos tradicionais de filiação, pois os pressupostos da psicanálise - pulsões, desejos, complexo de Édipo, relações de objeto, identificações... – diferem dos da organização social. Valer-se da psicanálise para sustentar que apenas um modo de subjetivação é gerador de “saúde psíquica” corresponde a uma marginalização do simbólico o que é, no mínimo, perverso. (p. 93-94).

Surge a questão se uma posição ideológica nos captura. Gavarini (2008) adverte que parece haver uma confusão nas reflexões sociológicas sobre a família no que diz respeito às reivindicações das mulheres sobre a paridade e não-discriminação social entre os sexos, e uma espécie de não-diferenciação sexual do pai e da mãe, a nível das funções parentais: não seria mais necessários especificá-los ambos sendo igualmente pais. Os trabalhos sociológicos, sob influência da antropologia e da psicanálise, incorporaram o fato de que as funções biológicas e parentais podem se dar separadamente, ou seja, não se é *naturalmente* pai, por ser genitor, causando uma confusão entre as tarefas implicadas nos cuidados com uma criança e as funções simbólicas inerentes ao parentesco:

[...] um discurso ultraliberal flexionou esses trabalhos e, por um tipo de transposição com o raciocínio precedente, afirmou que as funções parentais não são funções sexuadas e sexualizadas, isto é, tomadas na diferença dos sexos e na sexualidade. Depois, passou-se a afirmar que essas mesmas funções corresponderiam, de fato, às tarefas educativas (educar as crianças, assegurar-lhes amor e proteção), muito mais do que as responsabilidades genealógicas e geracionais (Gavarini, 2008, p. 280-281).

3 Novas possibilidades de famílias ou novas possibilidades de paternidade

3.1 Família de iguais

É evidente no cenário contemporâneo certo declínio dos fatores que antes estruturavam a família e o paradoxo que as novas formas de união e filiação fazem emergir. Roudinesco (2003) observa como uma situação inédita “que nem os antropólogos, nem os psicanalistas, nem os filósofos, nem os sociólogos, nem os historiadores tinham realmente imaginado” (p. 7), o desejo e a demanda dos homossexuais de se normalizarem ao reclamarem o estatuto de *família*. Para isso os homossexuais alegam igualdade de direitos legitimadas pelo PACS e livre escolha da opção sexual.

A autora questiona por que homossexuais manifestam o desejo de se normalizar, reivindicando o direito de formar família. O que aconteceu para que estes sujeitos tenham desejado adotar a ordem familiar que tanto os prejudicou? Por que esse desejo de família se a homossexualidade sempre foi excluída das instituições familiares?

Roudinesco (2003) questiona o que esta demanda representa, quais são as suas conseqüências para a constituição das relações sociais na contemporaneidade e, se a família estaria ameaçada. Cita intelectuais que reivindicaram o direito à diferença para os homossexuais alegando que estes rompem a adequação num pólo parental de referência, tornando-se uma importante ruptura libidinal na sociedade. Esta singularidade lhes parecia preferível às formas de opressão familiar, colonial e sexual.

A família era então contestada em favor do desejo e da liberdade sexual. Vista como uma instância colonizadora, Édipo foi considerado cúmplice do capitalismo burguês, e o antiedipianismo³⁴ sonhava com a abolição da família

³⁴ O antiedipianismo apóia-se na obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari, o título original é *L'Anti-OEdipe. Capitalisme et schizophrénie*, Paris, Minuit, 1972. Na edição brasileira o título é *O anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia*, editora Assírio & Alvim, 1º ed. em 2003, 2 volumes.

Édipo era então, com Freud, Melanie Klein e Lacan, considerado cúmplice de um capitalismo burguês do qual era preciso livra-se sob pena de recair no jugo do conservadorismo. O antiedipianismo causava furor, apoiava-se aliás na grande tradição dos utopistas ou libertários que, de Platão a Campanell, haviam sonhado com uma possível abolição da família (Roudinesco, 2003, p. 9).

Abolição que, segundo a autora, no momento é julgada como obsoleta mesmo para os interessados. Ela indica que atualmente o acesso a igualdade de direitos em práticas sexuais não visa uma ruptura com a ordem estabelecida, mas integração a norma. E associado a isto, o desejo de normatividade das antigas minorias, traz problemas. Todos temem a decadência dos valores tradicionais (família, nação, escola, pátria e, sobretudo, da paternidade e autoridade sob todas as formas), e mais do que a sua contestação, a vontade de submeter-se a eles.

Os homossexuais excluídos da família eram estigmatizados, incorporados a ela, tornam-se idênticos

Excluídos da família, os homossexuais de outrora eram ao menos reconhecíveis, identificáveis, marcados estigmatizados. Integrados, tornam-se simplesmente mais perigosos, uma vez que menos visíveis. Tudo se passa como se fosse preciso impedir-lhes o inefável, o idêntico, ou a diferença abolida (Roudinesco, 2003, p. 10).

Pervertida em sua função de célula de base da sociedade, assumindo novas variações e com a negação da diferença dos sexos, a família não seria capaz de transmitir seus próprios valores. Segundo a autora, nossa época gera um distúrbio profundo a respeito da família. O desejo homossexual de normatividade, revela que os poderes do sexo estendem-se a economia liberal tendendo a reduzir o homem a uma mercadoria.

Roudinesco (2003) dedica-se a penetrar os segredos dos distúrbios de família e retoma o modelo que se faz familiar em relação ao padrão de família estruturada. Este, baseado na soberania do pai, durante o século XVIII com o advento da burguesia, foi desestabilizado quando a maternidade adquiriu lugar central. O declínio do patriarcalismo esboçou um processo de emancipação para mulheres, para crianças, e “invertidos” se normalizarem, situação que gerou angústia e desordem na perspectiva de dissolução da família. Nestas

condições levantaram-se questões a respeito da posição do pai, mulheres e homossexuais na família e, sobretudo, se ela está ameaçada.

Para que os homossexuais³⁵ pudessem torna-se pais havia problemas claros para incorporação da ordem familiar. Não era possível dissimular para a próxima geração, como lembra Roudinesco (2003), as condições de procriação, a questão das origens. Eles transgrediam uma ordem procriadora baseada no “princípio do *logos* separador e da diferença sexual” (p. 182). Anteriormente, constituição de uma família não podia disfarçar o seu princípio fundador, ou seja, o coito entre uma mulher e um homem. E neste aspecto estava envolvido o pavor de uma possível supressão da diferença dos sexos como no final do século XIX, no momento do declínio da antiga autoridade patriarcal. No entanto, “os homossexuais sempre tiveram a possibilidade de fundar uma família desde que dissociassem as práticas sexuais ligadas à sua inclinação dos atos necessários à reprodução” (Roudinesco, 2003, p. 183).

O escândalo desta nova parentalidade estava mais na recusa pelos homossexuais de aceitar as regras da procriação natural do que no fato de que eles pudessem ter filhos com uma pessoa de outro sexo. Que um homem desejasse apenas a capacidade da mulher para gerar, e esta o seu sêmem para procriar, esta era a principal transgressão “Pois os novos pais gays e lésbicos não pretendiam questionar os dois grandes interditos fundadores das leis do parentesco: proibição do incesto, interdito do distúrbio das gerações” (Roudinesco, 2003, p. 183).

Nos Estados Unidos, as aptidões psicológicas dos homossexuais foram testadas para verificar se estes podiam ser pais e em seguida averiguar se os seus filhos eram suscetíveis ou não a serem tonarem homossexuais, depressivos, e capazes de se orientar em relação às diferenças anatômicas. Estas crianças, mais do que outras, eram vistas como propensas a distúrbios psicóticos e a adotar comportamentos associais (Roudinesco, 2003, p. 190).

³⁵ O termo homossexualidade deriva do grego *homos*: igual, e foi criado por volta de 1960 pelo médico húngaro Karoly Maria Kertbeny para mencionar, conforme terminologia clínica, as formas de afeição carnal entre pessoas do mesmo sexo. Entre 1870 e 1910, o termo foi imposto progressivamente neste sentido em todos os países ocidentais para substituir antigas denominações como inversão, uranismo, safismo, lesbianismo etc. Homossexualidade definiu-se então por oposição ao termo heterossexualidade do grego *heteros*: diferente; criado por volta de 1880, para indicar as formas de amor afeição carnal ente pessoas de sexos biologicamente diferentes (Roudinesco, 1998, p. 350-351).

Roudinesco (2003) discorre sobre a luta dos homossexuais no processo de paternidade e por fim chama a atenção para a singularidade de um destino difícil. Segundo ela é preciso admitir que estes pais são diferentes de outros pais e por isso nossa sociedade deve admiti-os como são, lhes concedendo os mesmos direitos ao invés de obrigá-los a serem *normais*, e assim estes conseguiram provar a sua aptidão para criar os filhos (p. 195). E afirma que a família não se encontra ameaçada:

Aos utopistas que acreditam que um dia a procriação será a tal ponto diferenciada do ato carnal, que os filhos serão fecundados fora do corpo da mãe biológica, em um útero de empréstimo e com a ajuda de um sêmem que não será mais aquele do pai, retorquimos que, para além de todas as distinções que podem ser feitas entre o gênero e o sexo, o materno e o feminino, a sexualidade psíquica e o corpo biológico, o desejo de um filho sempre terá algo a ver com a diferença dos sexos (p. 198).

3.2 A família como instância sexual e a criança³⁶

Gavarini (2008) nos leva a questionar se a família como instância sexual, continua uma ideia revolucionária face a esta ideia liberatória que é a igualdade. Parece que essa hipótese deve ser trabalhada reatando um freudismo quase em desuso. As figuras educativas que cuidam de uma criança, cumprem as mesmas funções do pai e da mãe, homem e mulher, ausentes ou presentes, mas sempre imperfeitos; é com essas figuras que a criança tem que contracenar para construir suas identificações, relação com os outros, linguagem e vida sexual.

O cenário edipiano familiar, sempre lembra que a constituição de um sujeito humano é perpassada pela questão sexual, o que atualmente está em vias de ser negado ou considerado suspeito. Há uma transformação nas constatações de profissionais da área educação e da saúde indicando que as funções de pai e de mãe passam a ser consideradas conjuntamente sob a mesma palavra: *parental* ou *parentalidade*. O laço conjugal e matrimonial é considerado precário enquanto imaginariamente o parentesco torna-se um laço

³⁶ Nos inspiramos no texto de Gavarini (2008) para conceber este sub-título.

indissolúvel: mesmo que um casal se separe, idealmente permanecem pais em conjunto e de comum acordo

Aliás, é desejável inculcar essa função parental nos pais “defeituosos”, “incompetentes”, naqueles que devem ser “reparentalizados”. O parental é uma espécie de figura neutra ou bissexual, no qual papai e mamãe cumprem papéis educativos, papéis intercambiáveis, podendo ser exercidos seja qual for a identidade sexual, tendo cada um sua parte feminina e masculina. Os defensores desse parental indiferenciado afirmam que, para a criança, o principal é que ela seja “amada” por seus pais (Gavarini, 2008, p. 281-282).

Gavarini (2008), indica que atualmente, há uma tendência em sustentar que a parentalidade é divisível de várias maneiras e a prova disso seriam as famílias contemporâneas na sua pluralidade: afetiva, biológica, educativa e social. Segundo a autora, “Idealizando um pouco a idéia de uma ‘livre’ circulação das crianças entre uma série de figuras parentais (p. 282)”. Esta realidade da família atual, *democrática e igualitária*, é construída teoricamente como uma espécie de utopia comunitária, como um grupo que apresenta ao mesmo tempo, traços de pertinência e autonomia entre as individualidades que o compõe, o que não se restringe somente à família, mas atinge outras funções simbólicas:

Todas as relações sociais parecem sofrer essa mesma corrosão: inicialmente as relações dos sexos, depois as geracionais, em proveito de laços afetivos “amigáveis” entre pais múltiplos e entre pais e crianças “emancipadas”. Essa concepção utópica e não-conflituosa rompe significativamente com o modelo lévistraussiano e lacaniano de apreensão da família e com aquilo que se entende por funções simbólicas. O amor não era certamente o eixo organizador. No entanto, era reconhecido o papel da família de regular, em seu seio, a questão sexual (identidades, prescrições e interditos sexuais, relação com os corpos, sexualidade). Parece ter se tornado obsoleta, em se considerando as uniões múltiplas derivadas das práticas individuais, a fundação da aliança e da filiação na base de funções simbólicas enraizadas no sexual e que acarretam interdições às iniciativas individuais (Gavarini, 2008, p. 283).

Do ponto de vista da antropologia e da psicanálise, as instâncias parentais, pai e mãe, não são de fato, funções auto-evidentes, elas são simbolizadas na linguagem e na sociedade

[...] tornam-se necessárias nas trocas simbólicas e materiais, e na diferenciação sexual. Essas funções não são, para tanto, fixas, uma vez que evoluem, mas também não estão integralmente à disposição dos indivíduos que as ocupam e as servem mais ou menos bem (Gavarini, 2008, p. 283).

Ou seja, das interpretações pessoais que cada sujeito pode fazer da função de pai e de mãe, uma parte disso escapa à pessoalidade dos indivíduos, precede-os e impõe-se a eles no exercício do parentesco na forma de significações instituídas. É normal a sociedade se exprimir simbolicamente em seus costumes e em suas instituições, ao contrário das condutas individuais comuns que não são simbólicas por elas mesmas

[...] elas são os elementos a partir dos quais um sistema simbólico, que não pode ser, senão, coletivo, se constrói. São somente as condutas anormais que, não-sociáveis e portanto abandonadas a elas mesmas, realizam, sobre o plano individual, a ilusão de um simbolismo autônomo. Não autônomo, não definido arbitrariamente pelos indivíduos em função de suas escolhas e orientações, o simbólico necessita, contudo, ser integrado, ser “efetivado” (Gavarini, 2008, p. 283).

Todo sujeito, como portador de uma dimensão simbólica da vida psíquica organiza as diferenças e separa os sexos, as gerações, os corpos, a singularidade e o universal. Coordena o que é possível, permitido e proibido em determinada sociedade.

Ao recolocar a criança na reflexão sobre as transformações na família, Gavarini (2008) chama atenção para o fato de emergir a figura da *criança abusada* que não corresponde exatamente a um aumento das violências reais. Indica antes, que o remanejamento das relações entre as gerações não é tão harmonioso quanto leva a crer as abordagens sociológicas centradas no adulto. Se a família tornou-se um lugar de maior paridade entre os sexos, maior circulação para as crianças, se estas são mais consideradas como sujeitos, isto não impede que as pensemos como vítimas dos adultos.

Nesta família em transformação pode-se desenvolver outra consciência de riscos desconfiando das relações adultos-crianças. Esta ideia de abuso, para além da dimensão sexual, está na dimensão de dominação outro, fundamento das normas de relações entre as gerações.

O enunciado abusado refere-se também a uma relação da criança com seu corpo retomando ideias pré-freudianas quando esta não era tomada como sujeito de pulsões, com sexualidade, sedução, fantasmas, e conflitos psíquicos. Mas a sexualidade infantil evocada na forma de sintoma, como um traço denunciatório da exposição da criança a sexualidade dos adultos. Clima que evoca a certo puritanismo no novo dispositivo de controle da sexualidade infantil, supondo a prevenção de abusos sexuais. Pode-se perguntar como serão distinguidas e avaliadas a sexualidade infantil *normal* daquela considerada abusiva ou abusada, e os investimentos de identificação para construção como sujeito assexuado.

Pode-se questionar se esta nova família não seria pensada fora da sexualidade tratando-se de uma família não-sexual atualizando uma ideia de castidade, e assim recusando o processo ordenador da sexualidade no interior da família, seja qual for

Finalmente, permito-me sustentar que a família relacional e consensual, na qual reinariam liberdades e a igualdade entre os indivíduos (homens e mulheres primeiro, pais e crianças, em seguida) parece ser uma ficção necessária à nossa época. Ela supõe, na realidade, um rearranjo das modalidades do laço familiar e da configuração das relações entre os sexos e as gerações, onde ainda restaria bastante a ser inventado, construído: desde as liberdades respectivas, até as prescrições e os interditos relacionais e corporais ou, mais ainda, o próprio princípio da autoridade (Gavarini, 2008, p. 285-284).

Por fim, concordo com Roudinesco (2003) ao propor que, apesar das constantes transformações ocorridas na família ao longo dos séculos, ela continua a ser desejada por homens, mulheres e crianças, e capaz de assumir conflitos e promover uma nova ordem simbólica, sob a demanda de que: "a família do futuro precisa ser reinventada" (p. 199).

Considerações Finais

Vicissitude diz respeito à inconstância, mudanças, acaso, revés; é o contrário de estabilidade, certeza... E é justamente esta a condição que percebe-se estar a família na contemporaneidade. As mudanças e os rumores de que ela está em crise, foi o principal motivo de interesse por esta instituição como objeto de estudo. A primeira versão do projeto de pesquisa levava o título de *A contestação das referências institucionais*. A impressão era de que os oprimidos pelos seus rígidos padrões sociais familiares, estavam aos poucos se libertando das amarras da autoridade e dos modelos.

Como esclareci no relatório parcial, logo no início das leituras algumas concepções a respeito da família, função paterna e materna, se mostraram ingênuas e naturalizadas, mais do que se poderia presumir há profundas relações de controle e poder envolvendo a família. O problema desencadeador da pesquisa - efeitos da contemporaneidade sobre a função paterna e materna - é uma preocupação pertinente e apresentada entre as questões tratadas pelos autores que versam sobre o contemporâneo, além de ser também uma preocupação declarada e corrente em vários níveis da sociedade, inclusive na mídia.

A hipótese inicial de pesquisa era de que a família acompanhada de algumas transformações em seus fundamentos estava sofrendo uma destituição de suas funções tradicionais na sociedade. Esta hipótese se mostrou como um ponto de vista que pode ser defendido por um lado, e rebatido por outro. Pois um certo tipo de família mostrou-se em declínio, o modelo tradicional nuclear, que justamente se difere das novas formações familiares com um aspecto fraterno, mas que também não formam o sujeito como antes, é uma nova ordem social. Houve um declínio das prerrogativas sociais do pai, mas não da função simbólica.

Com o avanço da pesquisa percebemos na questão da família contemporânea, várias possibilidades de encaminhamentos e interdisciplinaridade especialmente nas áreas da antropologia, do direito e da história. Há vários aspectos a serem explorados e além da novidade do objeto que dificulta de certa maneira o seu estudo, outra dificuldade está em abordar as principais variantes que atingem a família na contemporaneidade:

democracia, laicidade e ciência; o que de certa forma nos possibilitou uma visão ampla a respeito dos laços familiares, mas também nos inibiu de conhecer um aspecto mais profundamente.

Foi inevitável e enriquecedor, quando a atenção se voltava para circunstâncias paralelas ao tema do estudo, perceber a importância e as diversas faces da família de várias maneiras: eventos, filmes, imagens (fotos), documentários e até músicas. Isto nos proporcionou um acúmulo de acervo cultural que além de prazer, é sem dúvida fonte de análise da representação da família em várias formas. Desta maneira, mais do que um ganho acadêmico em aprimorar a visão a respeito de algo, há um ganho pessoal e cultural na atividade de pesquisa.

Sobre as atividades futuras planejamos dar continuidade a este tema de pesquisa em um projeto de pós-graduação ainda com abordagem psicanalítica. O esforço será no sentido de focar um aspecto da família contemporânea, ampliar e aprofundar a leitura das referências bibliográficas. O que mais nos chama a atenção no momento é o sentido democrático da família e suas relações igualitárias já que a psicanálise a concebe como uma estrutura hierárquica e em que a diferença geracional é fundamental para a transmissão da cultura, dos saberes, e constituição do sujeito.

Referências Bibliográficas

CECCARELLI, P. R. **Novas configurações familiares**: mitos e verdades. In *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 40(72): 89-102, jun. 2007.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, 5º edição.

FREUD, S. **Totem e Tabu** - Alguns Pontos de Concordância Entre a Vida mental dos Selvagens e dos Neuróticos (1913). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Vol.XIII. Rio de Janeiro. IMAGO 1974.

_____. **O Mal-Estar na Civilização** (1930[1929]). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Vol.XXI. Rio de Janeiro. IMAGO 1974.

GAVARINI, L. **Novas normas e formas de laço familiar**: a sexualidade na sombra. *Estilos da Clínica*, 2008, Vol. XIII, nº 25, 268-287

JULIEN, P. **Abandonarás o teu pai e tua mãe**. Rio de Janeiro : Companhia de Freud, 2000. Título original: Tu quitteras ton père et ta mere.

_____. Entrevista concedida ao IHU On-Line. Consulta em: 21/05/2011. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.unisinos.br/ihuonline>

LEBRUN, J. P. **Um mundo sem limite**. Ensaio para uma clínica psicanalítica do social. Rio de Janeiro : Editora Companhia de Freud, 2004. Título original: Un monde sans limite: essay pour une clinique psychanalytique du social, 2001.

MEZAN, R. **Freud pensador da cultura**. [São Paulo] : Brasiliense [Brasília] : Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1985.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Título original: La Famille em désordre, Paris-França, 2002.

_____. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. Título original: Dictionnaire de la psychanalyse, Paris-França, 1944.

Orientador: Rinaldo Voltolini

Aluna: Vanessa Cardoso Cezário